Programa de Proteção Salarial
Formulário de requisição do mutuário, revisado em 24 de junho de 2020

Número de Controle OMB: 3245-0407
Validade: 31/10/2020
001D – Portuguese - Português

Assinale uma opção: ❑ Proprietário único ❑ Sociedade ❑ C-Corp ❑ S-Corp ❑ LLC ❑ Prestador de serviços independente ❑ Autônomo pessoa física qualificado ❑ Org. sem fins lucrativos 501(c)(3) ❑ Org. de ex-combatentes 501(c)(19) ❑ Empresa tribal (seção 31(b)(2)(C) da Small Business Act) ❑ Outro	**Nome fantasia (se houver)**
Razão social	

Endereço comercial	**Número de identificação fiscal da empresa (EIN, SSN)**	**Telefone comercial**
		( ) -
	Contato principal	**E-mail**

Média mensal da folha de pagamento:	US$	x 2,5 + EIDL, líquido de adiantamento (se houver) = valor de empréstimo solicitado:	US$	Número de funcionários:	
Finalidade do empréstimo (selecione mais de uma opção):	☐ Folha de pagamento ☐ Juros do aluguel/ financiamento imobiliário ☐ Contas de luz, água, gás ☐ Outra (especifique):_____				

Proprietários do Requerente

Cite todos os proprietários com participação societária de 20% ou mais do Requerente. Se necessário, anexar em uma folha à parte.

Nome do proprietário	**Cargo**	**Participação %**	**Número de identificação fiscal (EIN, SSN)**	**Endereço**

Se a resposta à questão (1) ou (2) abaixo for "Sim", o empréstimo não será aprovado.

Questão	**Sim**	**Não**
1. No momento, o Requerente ou qualquer proprietário do Requerente está suspenso, impedido ou foi indicado para impedimento, declarado inelegível ou voluntariamente excluído da participação nesta transação por qualquer departamento ou agência do Governo Federal ou, ainda, está envolvido em alguma falência?	☐	☐
2. O Requerente, qualquer proprietário do Requerente — ou qualquer empresa de propriedade ou controlada por qualquer um deles —, obteve um empréstimo direto ou garantido da Small Business Administration (SBA) ou de qualquer outro órgão do Governo Federal que esteja atualmente em mora ou tenha causado prejuízos para o governo nos últimos sete anos devido a inadimplência?	☐	☐
3. O Requerente ou qualquer proprietário do Requerente tem participação em qualquer outra empresa ou está sob administração comum com qualquer outra empresa? Se a resposta for "sim", cite todas as empresas envolvidas e descreva o vínculo em uma folha à parte identificada como "Anexo A".	☐	☐
4. O Requerente recebeu um Economic Injury Disaster Loan (empréstimo emergencial) no período de 31 de janeiro de 2020 a 3 de abril de 2020? Se a resposta for "sim", forneça os detalhes em uma folha à parte identificada como "Anexo B".	☐	☐

Se a resposta à questão (5) ou (6) for "Sim", o empréstimo não será aprovado.

Questão	**Sim**	**Não**
5. O Requerente (se pessoa física) ou qualquer pessoa que tenha participação societária de 20% ou mais do Requerente está atualmente preso ou, com relação a qualquer crime grave, figura como denunciado, indiciado ou em qualquer processo formal pelo qual acusações criminais são apresentadas em qualquer jurisdição?	☐	☐
Rubrique aqui para confirmar sua resposta à questão 5 → _____		
6. Nos últimos 5 anos, com relação a qualquer crime grave envolvendo fraude, suborno, peculato ou declaração falsa em um empréstimo requerido ou requerimento de assistência financeira federal ou, no último ano, para qualquer outro crime grave, o Requerente (se pessoa física) ou qualquer proprietário do Requerente 1) foi condenado; 2) confessou em juízo; 3) confessou "nolo contendere" em juízo (confissão sem efeitos civis); 4) iniciou qualquer regime de liberdade condicional (incluindo liberdade condicional antes do julgamento)?	☐	☐
Rubrique aqui para confirmar sua resposta à questão 6 → _____		
7. Os Estados Unidos são o principal local de residência de todos os funcionários do Requerente incluídos no cálculo da folha de pagamento acima?	☐	☐
8. O Requerente é uma franquia listada no diretório de franquias da SBA?	☐	☐

Programa de Proteção Salarial
Formulário de requisição do mutuário,
revisado em 24 de junho de 2020

Ao assinar abaixo, você concorda com as declarações, autorizações e certificações a seguir

CERTIFICAÇÕES E AUTORIZAÇÕES

Certifico que:

- Li e compreendo as declarações contidas neste formulário, incluindo as Declarações exigidas por lei e por ordens executivas.
- O Requerente tem o direito de receber um empréstimo de acordo com as regras em vigor no momento em que esta solicitação for enviada, emitido pela Small Business Administration (SBA) que implementa o Programa de Proteção Salarial, na Divisão A, Título I da CARES, lei de auxílio, amparo e proteção econômica para o coronavírus (Lei CARES) (a Regra do Programa de Proteção Salarial).
- O Requerente (1) é um prestador de serviços independente, autônomo pessoa física qualificado ou proprietário único ou (2) emprega até 500 funcionários ou, se aplicável, o máximo de funcionários para a respectiva classificação de porte estipulada pela SBA no Artigo 13º, § 121.201 do CFR para o setor do Requerente.
- Cumprirei, sempre que aplicável, os direitos civis e outras limitações mencionadas neste formulário.
- Todos os recursos do empréstimo da SBA serão usados apenas para fins comerciais, conforme especificado na solicitação de empréstimo e de acordo com a Regra do Programa de Proteção Salarial.
- Na medida do possível, comprarei apenas equipamentos e produtos fabricados nos EUA.
- O Requerente não pratica nenhuma atividade ilegal prevista em lei federal, estadual ou municipal.
- Qualquer empréstimo recebido pelo Requerente nos termos do Seção 7(b)(2) da Small Business Act (lei destinada a empresas de pequeno porte) no período de 31 de janeiro de 2020 a 3 de abril de 2020 não foi usado para outra finalidade senão de custear folhas de pagamento e outros empréstimos de uso permitido segundo a Regra do Programa de Proteção Salarial.

Para Requerentes pessoas físicas: Autorizo a SBA a levantar meus antecedentes criminais junto a órgãos da justiça penal com o objetivo de determinar se tenho direito aos programas autorizados pela Small Business Act e alterações posteriores.

CERTIFICAÇÕES

O representante autorizado do Requerente deve certificar de boa-fé todos os itens abaixo, **rubricando** ao lado de cada um:

____ O Requerente estava em atividade no dia 15 de fevereiro de 2020 e tinha funcionários aos quais pagava salários e tributos sobre a folha de pagamento, ou contratava prestadores de serviços independentes, conforme declarado no(s) Formulário(s) 1099-MISC.

____ O atual cenário atual de incerteza econômica torna este pedido de empréstimo necessário para que o Requerente mantenha suas atividades em funcionamento.

____ Os recursos serão usados para reter trabalhadores e manter a folha de pagamento ou para pagar juros de financiamento imobiliário, aluguel e contas de água, luz e gás, conforme especificado na Regra do Programa de Proteção Salarial; entendo que, se os recursos forem utilizados conscientemente para fins não autorizados, o governo federal poderá me responsabilizar nos termos da lei, inclusive com denúncias de fraude.

____ O Requerente fornecerá ao Credor documentação comprobatória do número de funcionários em período integral na folha de pagamento do Requerente, bem como os valores em dólares dos custos da folha de pagamento, dos juros de financiamento imobiliário cobertos, pagamentos de aluguel cobertos e pagamentos de contas de consumo de serviços públicos essenciais cobertos pelo período de 24 semanas após a concessão deste empréstimo.

____ Entendo que a remissão da dívida será providenciada para a soma dos custos comprovados da folha de pagamento, pagamentos de juros de financiamento imobiliário cobertos, pagamentos de aluguel cobertos e contas de consumo de serviços públicos essenciais cobertos, ressaltando que somente 40% do valor da remissão pode ser para custos que não sejam da folha de pagamento.

____ Durante o período de 15 de fevereiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, o Requerente não recebeu e não receberá outro empréstimo no âmbito do Programa de Proteção Salarial.

____ Certifico ainda que as informações fornecidas nesta solicitação e as informações fornecidas em todos os documentos e formulários comprobatórios são verdadeiras e corretas em todos os aspectos relevantes. Entendo que fazer, conscientemente, uma declaração falsa para obter um empréstimo garantido da SBA é passível de punição nos termos da lei, inclusive conforme o Artigo 18º, §§ 1001 e 3571 do USC (Código de Leis dos EUA), que prevê pena de prisão de até cinco anos e/ou multa de até US$ 250.000,00; conforme o Artigo 15º, § 645 do USC, que prevê pena de prisão de até dois anos e/ou multa de até US$ 5.000,00; e, se submetida a uma instituição segurada pelo governo federal, conforme o Artigo 18º, § 1014 do USC, que prevê pena de prisão de até trinta anos e/ou multa de até US$ 1.000.000,00.

____ Reconheço que o Credor confirmará o valor de empréstimo elegível com base nos documentos necessários enviados. Entendo, reconheço e concordo que o Credor pode compartilhar qualquer informação tributária que eu forneça aos representantes autorizados da SBA, incluindo representantes autorizados da Corregedoria da SBA, com o objetivo de cumprir os Requisitos do Programa de Empréstimos da SBA e todas as análises da SBA.

_____ _____
Assinatura do Representante Autorizado do Requerente | Data

_____ _____
Nome (em letra de forma) | Cargo

Programa de Proteção Salarial
Formulário de requisição do mutuário,
revisado em 24 de junho de 2020

Finalidade deste formulário:

Este formulário deve ser preenchido pelo representante autorizado do Requerente e ***enviado ao seu Credor Participante da SBA***. É obrigatório o envio das informações solicitadas para determinar a elegibilidade ao auxílio financeiro. A decisão sobre a elegibilidade será afetada se as informações não forem enviadas.

Instruções para o preenchimento deste formulário:

Com relação à "finalidade do empréstimo", os custos da folha de pagamento consistem em remuneração aos funcionários (domiciliados nos Estados Unidos) na forma de salário, comissões ou remuneração similar; gratificações em dinheiro ou equivalente (com base nos registros do empregador de valores de gratificações do passado ou, na ausência de tais registros, em uma estimativa razoável e de boa-fé de tais gratificações); pagamento de férias, licença(s) maternidade/paternidade, familiar, médica ou por doença; subsídio por desligamento ou demissão; pagamento pela prestação de benefícios a funcionários que consistem em planos de saúde coletivos, incluindo prêmios de seguro e aposentadoria; pagamento de impostos estaduais e locais apurados sobre a remuneração dos funcionários; e — para um prestador de serviços independente ou proprietário único — salário, comissões, renda ou lucro líquido de trabalho autônomo ou remuneração similar.

Para fins de cálculo da "média mensal da folha de pagamento", a maioria dos requerentes usará a média mensal da folha de pagamento para 2019, excluindo custos acima de US$ 100.000,00 ao ano para cada funcionário. Para empresas com atividades sazonais, o Requerente pode optar por usar a média mensal da folha de pagamento para o período de 15 de fevereiro de 2019 a 30 de junho de 2019 ou qualquer período de 12 semanas de 1º de maio de 2019 a 15 de setembro de 2019, excluindo custos acima de US$ 100.000,00 ao ano para cada funcionário. Para novas empresas, a média mensal da folha de pagamento pode ser calculada com base no período de 1º de janeiro de 2020 a 29 de fevereiro de 2020, excluindo custos acima de US$ 100.000,00 ao ano para cada funcionário.

Se o Requerente estiver fazendo o refinanciamento de um EIDL (auxílio emergencial): Some ao Pedido de Empréstimo, conforme indicado no formulário, o valor pendente de um EIDL contratado no período de 31 de janeiro de 2020 a 3 de abril de 2020, subtraindo o valor de qualquer "adiantamento" de empréstimo EIDL referente à COVID-19.

Todas as partes citadas abaixo são consideradas proprietários do Requerente, conforme definido no Artigo 13º, § 120.10 do CRF, bem como "outorgantes":

- Para uma empresa de propriedade única, o proprietário único;
- Para uma sociedade, todos os sócios administradores e todos os sócios investidores que tenham uma participação societária de 20% ou mais da empresa;
- Para uma corporação, todos os proprietários de 20% ou mais da corporação;
- Para sociedades limitadas, todos os membros que sejam proprietários de 20% ou mais da empresa; e
- Um instituidor do trust (se o Requerente for propriedade de um trust).

Paperwork Reduction Act (lei de redução de burocracia) – você não é obrigado a responder a estas perguntas se este formulário não apresentar um Número de Controle OMB válido. O tempo estimado para preencher esta solicitação, incluindo a coleta de dados necessários, é de 8 minutos. Comentários sobre esse tempo estimado ou sobre as informações solicitadas devem ser enviados para: Small Business Administration, Director, Records Management Division, 409 3rd St., SW, Washington DC 20416., e/ou SBA Desk Officer, Office of Management and Budget, New Executive Office Building, Washington DC 20503. **FAVOR NÃO ENVIAR FORMULÁRIOS PARA ESSES ENDEREÇOS.**

Privacy Act (lei de privacidade, prevista no Artigo 5º, § 552a do USC) – conforme previsto no Private Act, você não é obrigado a informar o SSN (número de seguro social). O não fornecimento do número de seguro social não pode afetar nenhum dos seus direitos, benefícios ou privilégios. — consulte o aviso sobre cobrança de dívidas, abaixo, referente ao número de identificação fiscal. A divulgação do nome e de outros identificadores pessoais é obrigatória para que a SBA tenha informações suficientes para determinar a índole do Requerente. Com relação à avaliação da índole, a SBA leva em consideração a integridade, sinceridade e disposição da pessoa para cometer atos criminosos. Além disso, a SBA está especificamente autorizada a levantar seus antecedentes criminais ou, na falta dele, de acordo com a Seção 7(a)(1)(B) do Artigo 15º do USC e com a Seção 636(a)(1)(B) da Small Business Act.

Divulgação de informações – solicitações de informações sobre outra parte podem ser rejeitadas, salvo se a SBA tiver permissão por escrito do indivíduo para divulgar as informações ao solicitante ou se as informações estiverem sujeitas a divulgação de acordo com a Freedom of Information Act (Lei de Liberdade de Informação). A Privacy Act autoriza a SBA a fazer certos "usos rotineiros" das informações protegidas por essa lei. Um desses usos rotineiros é a divulgação de informações mantidas no sistema de registros da SBA quando essas informações indicam uma violação ou possível violação da lei, seja de natureza civil, criminal ou administrativa. Especificamente, a SBA pode encaminhar as informações para a agência federal, estadual, local ou estrangeira responsável por ou envolvida em investigação, ação penal, execução da lei ou prevenção de tais violações. Outro uso rotineiro é a divulgação a outras agências federais que fazem a verificação de antecedentes criminais, mas apenas na medida em que as informações sejam relevantes para a função das agências solicitantes. Consulte o Volume 74, p. 14890 do FR (2009), conforme emendado de tempos em tempos para informações adicionais e outros usos rotineiros. Além disso, a Lei CARES exige que a SBA registre todos os empréstimos concedidos sob a Paycheck Protection Act (lei de proteção salarial), usando o Número de Identificação de Contribuinte (NIF) atribuído ao mutuário.

Debt Collection Act of 1982, Deficit Reduction Act of 1984 (lei de cobrança de dívidas e lei de redução de déficit, respectivamente, estabelecidas no Artigo 31º, §§ 3701 et seq. do USC) – ao solicitar um empréstimo, você terá que informar seu número de identificação fiscal à SBA. Se você receber um empréstimo e não efetuar os pagamentos em dia, a SBA poderá: (1) informar o status do(s) seu(s) empréstimo(s) às agências de crédito, (2) contratar uma agência de cobrança para cobrar a dívida referente ao seu empréstimo, (3) bloquear parte da sua restituição de imposto de renda ou outros valores devidos a você pelo Governo Federal para pagamento da dívida, (4) suspender ou impedir que você ou sua empresa façam negócios com o Governo Federal, (5) encaminhar seu empréstimo ao Departamento de Justiça ou (6) cancelar a garantia ou tomar outra ação disposta nos instrumentos de empréstimo.

Right to Financial Privacy Act of 1978 (lei do direito à privacidade financeira, estabelecida no Artigo 12º, § 3401 do USC) – essa lei concede à SBA direitos de acesso a registros financeiros mantidos por instituições financeiras que estão ou estiveram fazendo negócios com você ou sua empresa, incluindo instituições financeiras participantes de um empréstimo ou uma garantia de empréstimo. Nos termos dessa lei, a SBA só é obrigada a fornecer um certificado de conformidade a uma instituição financeira em relação ao primeiro pedido de acesso aos seus registros financeiros. Os direitos de acesso da SBA permanecem válidos pela duração de qualquer contrato de garantia de empréstimo aprovado. A SBA também está autorizada a transferir para outra autoridade governamental qualquer registro financeiro referente a um empréstimo ou garantia de empréstimo aprovado, conforme necessário para processar, atender ou encerrar uma garantia de empréstimo ou cobrar uma garantia de empréstimo inadimplente.

Freedom of Information Act (lei de liberdade à informação, estabelecida no Artigo 5º, § 552 do USC) – sujeita a certas exceções, a SBA deve fornecer informações refletidas nos arquivos e registros da agência para um solicitante. As informações sobre empréstimos aprovados que serão divulgadas automaticamente incluem, entre outras coisas, estatísticas de nossos programas de empréstimos (os mutuários pessoas físicas não são identificados nas estatísticas) e outras informações, como os nomes dos mutuários (e seus executivos, diretores, acionistas ou parceiros), as garantias oferecidas no empréstimo, o valor do empréstimo, sua finalidade geral e o prazo de vencimento. Os dados protegidos de um mutuário não são disponibilizados rotineiramente para terceiros. Todas as solicitações no âmbito desta Lei devem ser encaminhadas à agência mais próxima da SBA e identificadas como uma solicitação de Liberdade de Informação.

Occupational Safety and Health Act (lei de segurança e saúde ocupacional, estabelecida no Artigo 15º, §§ 651 et seq. do USC) – a Occupational Safety and Health Administration (OSHA) pode exigir que as empresas modifiquem instalações e procedimentos para proteger os funcionários. As empresas que não cumprirem com a ordem podem ser multadas, forçadas a interromper as atividades ou impedidas de iniciar as atividades. Ao assinar este formulário, o Requerente certifica que o candidato, tanto quanto é do seu conhecimento, está em conformidade com os requisitos aplicáveis da OSHA e permanecerá em conformidade com tais requisitos ao longo de toda a duração do empréstimo.

Direitos Civis (Artigo 13º, §§ 112, 113 e 117 do CRF) – todas as empresas que recebem assistência financeira da SBA devem concordar em não discriminar em nenhuma prática comercial, incluindo práticas e serviços de emprego ao público com base nas categorias citadas no Artigo 13º, §§ 112, 113 do CFR e 117 dos Regulamentos da SBA. Todos os mutuários devem exibir o "Cartaz sobre igualdade de oportunidades de emprego" prescrito pela SBA.

Equal Credit Opportunity Act (lei de igualdade de oportunidades de crédito), estabelecida no Artigo 15º, § 1691 do USC) – os credores são proibidos de discriminar requerentes de crédito com base em raça, cor, religião, origem nacional, sexo, estado civil ou idade (desde que o requerente tenha capacidade para celebrar um contrato vinculativo); porque toda ou parte da receita do requerente seja decorrente de algum programa de assistência pública; ou porque o requerente exerceu de boa-fé qualquer direito nos termos da Consumer Credit Protection Act (lei de proteção ao crédito ao consumidor).

Debarment and Suspension Executive Order 12549 (ordem executiva n.º 12549 – impedimento e suspensão, Artigo 2º, §§ 180 e 2700 do CFR) – ao enviar esta solicitação de empréstimo, você certifica que nem o Requerente, nem proprietário algum do Requerente, nos últimos três anos, foi: (a) impedido, suspenso, declarado inelegível ou voluntariamente excluído de participar em uma transação por qualquer agência do governo federal; (b) indicado formalmente para impedimento, com uma determinação final ainda pendente; (c) indiciado, condenado ou teve uma sentença civil proferida contra você por qualquer um dos delitos listados nos regulamentos ou (d) entrou em inadimplência em relação a quaisquer quantias devidas ao Governo dos Estados Unidos ou seus respectivos órgãos na data de execução desta certificação.